

TJ gaúcho é o mais eficiente do país, mostra estudo do IDP

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul é o mais eficiente do país de acordo com o Índice de Desempenho da Justiça (IDJus). O sistema, lançado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), nesta quarta-feira (10/10), é primeiro indicador sistemático sobre a gestão dos tribunais brasileiros. Entre os tribunais estaduais, o do Piauí é o mais mal avaliado. O objetivo do IDJus é permitir a mensuração das diferenças de produtividade entre os segmentos do Judiciário para auxiliar na melhor utilização dos recursos.

O índice aponta para uma disparidade entre os tribunais das diferentes regiões brasileiras. De acordo com a pesquisadora do CPJus, Neide De Sordi, há uma prevalência dos tribunais localizados nos Estados “do centro-sul do país” entre os mais bem classificados no índice. Isto confirma, segundo ela, a influência das disparidades socioeconômicas regionais brasileiras. “A utilidade do índice é a de apoiar os tribunais para que possam planejar melhorias e aprimorar as suas performances”, afirmou a pesquisadora.

No lançamento do sistema, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, explicou que o índice pretende incorporar em breve o Ministério Público, a Defensoria e a Justiça Eleitoral.

Participaram do lançamento do IDJus o corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ricardo Villas Bôas Cueva, o ministro aposentado do STJ, Ruy Rosado, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra Martins, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavacalnte.

Metodologia

O levantamento desenvolvido pelo Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus) foi construído a partir de diversas fontes de informação — IBGE, IPEA e DPJ/CNJ, por exemplo —, e seguirá metodologia semelhante à aplicada no IDH, cuja medida é resultado de múltiplas medições.

O ranking foi elaborado a partir da análise de dados referentes às gestões orçamentária, de recursos e de processos dos tribunais brasileiros, levando em conta os dados do programa Justiça em Números do CNJ. Foram considerados temas como despesas, receitas, transferências, recursos humanos, tecnologia, litigiosidade e produtividade. Além dos números referentes aos tribunais, foram usados também os da primeira instância.

O índice foi dividido em três grupos, avaliando a eficiência não apenas dos tribunais de Justiça dos Estados, mas também dos tribunais regionais federais e dos tribunais do trabalho. Na categoria trabalhista, o primeiro colocado é o TRT de Goiás e o último, o da Paraíba. Já entre os TRFs, o mais bem avaliado é o da 4ª Região, que abrange os Estados do Sul do Brasil. O de pior desempenho é o da 1ª Região, localizado em Brasília, que engloba o Distrito Federal e mais 13 Estados.

Veja abaixo os rankings conforme o IDJus, cuja escala varia de 0 a 100 pontos:

Justiça Estadual

Posição	Tribunal	Dimensão			ID Jus
		Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TJ-RS	69,9%	50,9%	77,6%	69
2	TJ-MS	72,1%	45,9%	69,3%	64,2
3	TJ-SE	41,9%	59,3%	58,8%	54,7
4	TJ-RJ	68,3%	53,1%	47,7%	54,2
5	TJ-AC	52%	42%	57%	52
6	TJ-SC	74,4%	59%	35,1%	50,9
7	TJ-RO	53,3%	49,2%	48,1%	49,7
8	TJ-MG	49,5%	48,2%	49,3%	49,1
9	TJ-PA	56,1%	37,9%	48,3%	47,6
10	TJ-PR	49,8%	51,9%	42,9%	46,9
11	TJ-SP	62,5%	44,2%	37,3%	45,3
12	TJ-BA	48,9%	53,4%	38,3%	44,7
13	TJ-RN	46,8%	48,3%	38,4%	43
14	TJ-MT	57,2%	48,5%	31%	41,9
15	TJ-AL	46,3%	40,6%	35,6%	39,5
16	TJ-GO	31,7%	49,6%	38,3%	39,5
17	TJ-PE	44,1%	52,1%	30,1%	39,1
18	TJ-CE	40,5%	48,5%	33%	38,7
19	TJ-RR	39,6%	31,7%	37,9%	36,8
20	TJ-AM	41,3%	40,3%	30,5%	35,6
21	TJ-AP	30,5%	42,7%	34,2%	35,4
22	TJ-PB	42%	44%	26,3%	34,6
23	TJ-DF*	35,6%	50,8%	25,3%	34,3
24	TJ-MA	38,4%	43,1%	26,2%	33,5
25	TJ-ES	43,2%	38,3%	25,7%	33,3
26	TJ-TO	47,6%	30,8%	18,6%	28,9
27	TJ-PI	43%	44,7%	13,5%	28,7

* Tendo em vista as peculiaridades relativas ao custeio, pela União Federal, do Poder Judiciário no Distrito Federal, há que se ponderar eventuais especificidades do TJDFT quando colocado em comparação com os demais tribunais de justiça dos Estados, principalmente no que se refere aos temas referente a despesas com recursos humanos.

Posição	Tribunal	UFs abrangidas	Gest
1	TRF 4ª Região	Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina	65,5%
2	TRF 5ª Região	São Paulo e Mato Grosso do Sul	60,9%
3	TRF 3ª Região	Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba	44,2%
4	TRF 2ª Região	Rio de Janeiro e Espírito Santo	24,2%
5	TRF 1ª Região	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima Rondônia, Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí	22,8%

Posição	Tribunal	UF
1	TRT 18ª Região	Goiás

2	TRT 03ª Região	Minas Gerais
3	TRT 01ª Região	Rio de Janeiro
4	TRT 02ª Região	São Paulo
5	TRT 08ª Região	Pará e Amapá
6	TRT 21ª Região	Rio Grande do Norte
7	TRT 20ª Região	Sergipe
8	TRT 04ª Região	Rio Grande do Sul
9	TRT 17ª Região	Espírito Santo
10	TRT 15ª Região	Campinas
11	TRT 11ª Região	Amazonas e Roraima
12	TRT 09ª Região	Paraná
13	TRT 05ª Região	Bahia

14	TRT 06ª Região	Pernambuco
15	TRT 10ª Região	Distrito Federal e Tocantins
16	TRT 22ª Região	Piauí
17	TRT 12ª Região	Santa Catarina
18	TRT 14ª Região	Rondônia e Acre
19	TRT 24ª Região	Mato Grosso do Sul
20	TRT 19ª Região	Alagoas
21	TRT 16ª Região	Maranhão
22	TRT 23ª Região	Mato Grosso
23	TRT 07ª Região	Ceará

24	TRT 13ª Região	Paraíba

Date Created

10/10/2012